

RESENHA

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

Hipólita Siqueira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)

Carlos Brandão é mineiro, economista, professor do Instituto Multidisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestrado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor, Livre Docente e Professor Titular pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Pós-doutor pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atualmente coordena o site interpretesdobrasil.org e as atividades do Observatório Celso Furtado para o Desenvolvimento Regional no âmbito do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

O livro *Desenvolvimento & Território* é fruto de uma longa trajetória intelectual e profissional marcada pelo envolvimento do autor em atividades de docência, pesquisa e extensão na temática do desenvolvimento socioeconômico, com ênfase nos processos de desenvolvimento urbano e regional. Por certo, a experiência e a convivência interdisciplinar em distintos contextos acadêmicos e espaços urbano-regionais do Brasil o afastou dos ensinamentos estéreis do mainstream da teoria econômica. A obra tem como base uma versão aprimorada e expandida de sua tese de Livre-Docência intitulada *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos*, defendida no Instituto de Economia da Unicamp. Situa-se na contracorrente de um contexto ideológico neoliberal e de teorias que supervalorizam as escalas global e local e deslegitimam as escalas intermediárias, principalmente a nacional e a regional. Nesse sentido, contrapõe-se à ascensão dos vários globalismos e localismos contemporâneos, alguns ingênuos outros nem tanto.

Logo em suas primeiras páginas, o livro nos é apresentado por uma rica coleção de citações de autores essenciais do pensamento social brasileiro, sinalizando a complexidade dos problemas da economia, sociedade e espaço a serem tratados pelo autor ao longo dos cinco capítulos que compõem o livro. Tem como sentido mais geral situar a temática

territorial no centro das discussões da Economia Política do Desenvolvimento e das políticas públicas de promoção do desenvolvimento.

No primeiro capítulo, *O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os "localismos" na literatura e nas políticas públicas contemporâneas*, analisa criticamente as principais linhas do pensamento único que se tornou predominante na discussão teórica sobre desenvolvimento em sua dimensão espacial (local, territorial, urbana e regional). Alastrando-se de forma "mecânica e indiscriminada" sem considerar as especificidades de um país-continente, diverso e heterogêneo como o Brasil, tais abordagens passaram a informar a elaboração e implementação de políticas públicas, em geral, propaladas por organismos internacionais. O autor preocupa-se com os "mitos e banalizações" no debate atual que negligencia as profundas transformações que operam "nas temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista" e com os desafios teórico-metodológicos que a nova realidade intensificada em sua complexidade, impõe para desvendar o enigma das desigualdades socioespaciais no capitalismo contemporâneo. Segundo Carlos Brandão, as abordagens teóricas recentes desconsideram principalmente a existência de hierarquias, hegemônias, poder, classes sociais etc., e, em muitos casos, representam um retorno à velha discussão do espaço "receptáculo", do espaço "platô" em detrimento de uma visão mais consistente da produção (social) do espaço (social).

Diante desses desafios, no segundo capítulo, *As principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista*, o autor busca discutir o "lugar teórico" de tais determinações. Partindo de uma revisão crítica das insuficiências das concepções teóricas "estáticas, positivistas e utilitaristas" da Regional Science e de abordagens alternativas da Economia Política, da Sociologia Urbana e da Geografia Crítica, Carlos Brandão deixa bem claro ao leitor a impossibilidade de uma "teoria geral e abstrata" dos fenômenos regionais e urbanos, que são também fenômenos sociais, destituídos de sua realidade histórico-concreta. Chama a atenção para as necessárias mediações teóricas e históricas, alertando para o risco de "sacrificar os fatos à teoria ou a teoria aos fatos" (Florestan Fernandes). Sob uma perspectiva crítica e considerando o novo contexto marcado pela mundialização do capital, o autor esboça uma interpretação alternativa em que a divisão social do trabalho assume posição de "categoria analítica básica" para o estudo das "heterogeneidades, hierarquias e especializações inter e intra qualquer escala espacial" e os conceitos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia constituem elementos-chave para o estudo da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista.

As mediações histórico-concretas da realidade espacial brasileira são analisadas no terceiro capítulo, As heterogeneidades estruturais e a construção da unidade nacional: integração do mercado nacional e a construção social de uma “economia urbana complexa”. Com ênfase na “ação social de sujeitos históricos concretos”, Carlos Brandão destaca no processo de desenvolvimento urbano-regional brasileiro os fatores de continuidade, inércia e rigidez das desigualdades sociais e econômicas, marcas do “capitalismo selvagem” à brasileira caracterizado por violenta concentração da terra, riqueza, renda e poder. Dentre as principais mediações históricas está a conformação de uma dimensão territorial continental, dado físico e social, que impõe ao mesmo tempo bloqueios à integração e oportunidades relacionadas a uma fronteira móvel. O autor percorre desde a formação de economias locais e regionais no período colonial e a dinâmica urbano-regional pré-industrialização, passando pelo processo de integração do mercado nacional (em suas fases comercial e produtiva) durante o processo de industrialização até o movimento de desconcentração industrial regional, iniciado na década de 1970, tendo como um de seus vetores mais importantes os grandes projetos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Os impasses e os desafios impostos pelas transformações na economia e sociedade brasileira a partir da década de 1980 são tratados no quarto capítulo, Transformações no padrão de sociabilidade do Brasil, crise estrutural do Estado e a natureza do impasse na construção da nação: algumas especulações (1985-2003). Segundo o autor, nesse novo contexto marcado pelo “conjunturalismo” e pela “supremacia da macroeconomia da riqueza mercantil e financeira”, a ação estatal perdeu instrumentos, legitimidade e força para dar “unidade à diversidade urbana e regional brasileira” em uma “nação em desconstrução”. A partir de determinantes externos e internos, um conjunto de “forças desarticulativas” tem expressão na crise federativa e na denominada “guerra de lugares e escalas”. Para Carlos Brandão, muito ainda teremos que avançar na compreensão do impacto dessas transformações do país de forma articulada às várias realidades urbano-regionais no Brasil. Alguns “desafios à síntese”¹ nos são indicados tendo como base a ação do Estado e os distintos “mundos dos de baixo” e “dos de cima”.

No quinto capítulo, A reafirmação do nacional e as possibilidades de estratégias e políticas de desenvolvimento e suas escalas espaciais, o autor dá maior importância à discussão sobre as escalas para a análise da dimensão espacial do subdesenvolvimento brasileiro. Embora se detenha de forma mais alongada na construção histórica, social, política e econômica da escala nacional, de porte e complexidade continental, fica evidente a preocupação do autor com uma abordagem das

escalas espaciais que busque apreender as “suas determinações, seus papéis e suas potencialidades” na implementação de políticas públicas de desenvolvimento. Dessa forma, elabora interessante discussão de uma proposta transescalar tanto no campo das teorias do desenvolvimento como das políticas públicas “universalizadoras em cidadania” e “especializadas em sua ação”, que vão ao sentido contrário da focalização e de uma visão uniescalar.

Sem repetir as diversas ideias centrais delineadas ao longo dos cinco capítulos, Carlos Brandão conclui seu livro enfatizando que a compreensão da dimensão territorial do desenvolvimento deve passar “necessariamente pelo entendimento da natureza da hegemonia do bloco de poder das diversas frações capitalistas, discutindo como as elites territoriais-mercantis e as cosmopolitas têm conduta que trava a cidadania, a criatividade cultural e os direitos, a fim de manter seus privilégios”. Por outro lado, qualquer perspectiva para o avanço econômico, político e social do país deve considerar “a potência virtuosa de nossa diversidade”, lembrando que “construir o desenvolvimento” requer ações que constroem alguns processos e ações que desmontam outros processos.

O livro tornou-se mais conhecido por sua crítica ao “pensamento único localista”, mas, como sugere o próprio autor na introdução, pode ser lido como uma “agenda aberta e pessoal de estudos” do desenvolvimento urbano e regional. A elaboração de uma ampla agenda de estudos e pesquisas críticas nessa área é sem dúvida a principal contribuição do livro.

Ao propor uma abordagem alternativa para os estudos da área o autor não pretende uma teorização do espaço, mas sim, uma análise do processo de desenvolvimento capitalista sob uma perspectiva crítica que leve na devida conta a sua dimensão espacial. As dificuldades do empreendimento teórico do livro estão relacionadas à operacionalização de conceitos nas pesquisas empíricas sobre o desenvolvimento urbano e regional e a não incorporação de abordagens teóricas do Estado e da ação social.

Em geral, estes são importantes desafios para as abordagens teóricas da área. Como bem analisa Edward Soja em seu livro mais recente (*Seeking Spatial Justice*), as ciências sociais em geral possuem uma perspectiva muito mais sociológica e histórica do que geográfica. Mais do que reafirmar que a “geografia conta”, ou ainda, para que a “virada espacial” das ciências sociais nas últimas décadas não se desvaneça, muito esforço deve ser feito para a consolidação de um “pensamento espacial” crítico. Além de Soja, caberia mencionar os trabalhos de David Harvey, avançando na teoria do desenvolvimento geográfico desigual (*Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven*

geographical development) e de Neil Brenner em sua discussão sobre o Estado e suas distintas formas de reescalonamento territorial (New State Spaces: urban governance and the rescaling of statehood).

Segue essa mesma linha, o livro de Carlos Brandão no que se refere a introdução de uma perspectiva crítica sobre a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista no campo da Economia Política do Desenvolvimento. Nos últimos anos de crescimento econômico e de certa retomada do planejamento e da discussão teórica do desenvolvimento no Brasil, a leitura de Território & Desenvolvimento é bastante oportuna para uma necessária defesa da reintrodução da questão regional e urbana na agenda política nacional. Além de uma perspectiva teórica crítica, nos oferece uma proposta inovadora acerca das escalas espaciais e suas potencialidades para a superação da cultura de fragmentação, setorialização, sobreposição e descontinuidade das políticas públicas no Brasil. Tema aprofundado pelo autor em alguns artigos e em livro organizado em parceria com Victor Ramiro Fernández, sob o título Escalas y Políticas del Desarrollo Regional.

NOTA

- 1 O autor utiliza-se desta expressão de Maria da Conceição Tavares que considera que, diante do crescente aumento das heterogeneidades estruturais do país, produtivas, sociais, urbanas, regionais etc., “qualquer esquema interpretativo é necessariamente uma simplificação”.

Hipólita Siqueira

Economista

Doutora em Desenvolvimento Econômico - Unicamp

Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Rua Pedro Calmon, Prédio da Reitoria

Ilha do Fundão - Rio de Janeiro, RJ - CEP:21941-590